



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

**A PRESENÇA DE EDUCADORES DO SEXO MASCULINO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

MARIA GRACIENE DA SILVA

NATAL-RN

2016

MARIA GRACIENE DA SILVA

**A PRESENÇA DE EDUCADORES DO SEXO MASCULINO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia, na modalidade à distância, do Centro de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da professora Dra. Mariangela Momo.

NATAL-RN

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Maria Graciene

A Presença de Educadores do Sexo Masculino na Educação Infantil/
Maria Graciene da Silva, - Natal/RN, 2016.

18f.

Artigo Científico (Curso de Licenciatura em Pedagogia) Universidade
Federal do Rio Grande do Norte-UFRN

2016.1

Orientadora Dra. Mariangela Momo

Palavras-chave: Educação Infantil, Gênero, professores/homens.

A PRESENÇA DE EDUCADORES DO SEXO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Por

MARIA GRACIENE DA SILVA

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia, na modalidade à distância, do Centro de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Mariangela Momo (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dra. Kilza Fernanda Moreira De Viveiros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ms. Milene dos Santos Figueiredo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A PRESENÇA DE EDUCADORES DO SEXO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

¹MARIA GRACIENE DA SILVA

UFRN – smariagracionedasilva@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade abordar a presença de educadores do sexo Masculino na Educação Infantil. Esse é um universo naturalizado como feminino onde raramente se ver homens lecionando. Assim, nos propomos a pesquisar e refletir sobre atuação de professores/homens na Educação Infantil na rede municipal de Luís Gomes, no estado do Rio Grande do Norte, visando abordar questões relacionadas às discussões de gênero. A pesquisa parte dos seguintes questionamentos: por que nesse espaço educacional há pouca representação masculina? E Porque a concepção de Educação Infantil está ligada as mulheres como profissionais dessa área? Sendo Assim, foi feita uma pesquisa bibliográfica para entender a história da Educação Infantil no Brasil visando compreender como se deu o processo de constituição dessa etapa da Educação como eminentemente feminino. Em seguida foi realizada uma pesquisa na secretaria de Educação do município de Luís Gomes/RN para saber se havia homens atuando na Educação Infantil, bem como uma pesquisa qualitativa e quantitativa de campo, visitando instituições de Educação Infantil e aplicando questionário para profissionais e pais de alunos com intuito de saber o que eles pensam sobre a presença/ausência desses profissionais no universo infantil. Para aprofundamento do tema adotamos como aporte teórico as autoras Seabra e Sousa (2010), Sayão (2005), Monteiro (2014), entre outros. Portanto, pretende-se mostrar que o universo infantil não é exclusivamente de um gênero, podendo assim atuar profissionais qualificados independente de ser homem ou mulher.

Palavras chave- Educação Infantil. Gênero. Professores Homens.

¹ Maria Graciene da Silva – Graduanda em Pedagogia EaD da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

THE PRESENCE EDUCATORS OF MALE SEX CHILDHOOD EDUCATION

The purpose of this article is the presence educators of male sex childhood education. This is a naturalized universe as women when rarely see men teaching. Thus, we propose to research and reflect on performance of teachers / Men in Childhood Education in municipal Luís Gomes, State of Rio Grande do Norte, aimed at addressing issues related to gender discussions. The research of the following questions: why this educational space there is little male representation? And why the design of Childhood Education women as professionals in this area is on? Thus, it was made a bibliographic research to understand the history of childhood education in Brazil aiming to understand how was the process of constitution of this step as eminently feminine education. Then it was conducted a research in the Secretary of Education in Luís Gomes to see if there were men working in childhood education, as well as a qualitative and quantitative research field, visiting childhood education institutions and applying questionnaire for professionals and students' parents to know what they think about the presence / absence of these professionals in the infant universe. For this adopted as theoretical support the authors Seabra and Sousa (2010), Sayão (2005), Miller (2014), among others. Therefore, the infant universe is a genre diversified, thus being able to act qualified professionals regardless of being male or female.

Words chave- Childhood Education. Gender. Teachers Men.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é um universo naturalizado como feminino, no que diz respeito aos profissionais que atuam nessa etapa da educação. Nesse universo o educar e cuidar são tarefas consideradas femininas, por isso raramente se encontra homens lecionando. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo pesquisar e refletir sobre a atuação de professores/homens na Educação Infantil na rede municipal de Luís Gomes, no estado do Rio Grande do Norte visando abordar questões relacionadas às discussões de gênero.

A escolha do tema se deu pelo fato de durante o meu curso de Pedagogia, em uma turma de 31 alunos, apenas um estudante ser homem. Outra circunstância que me fez escolher o tema diz respeito ao fato de que trabalho na Educação Infantil como

educadora desde 2009 na rede municipal de Luís Gomes/RN e não conheço homens lecionando na Educação Infantil no referido município. Isso me instigou a procurar respostas para os questionamentos da ausência masculina na docência desta primeira etapa de ensino da Educação Básica. Fiquei me questionando: Por que a concepção de Educação Infantil está ligada as mulheres como profissionais dessa área? Por que nesse espaço educacional há pouca representação masculina?

Para dar conta de responder essas questões, sem o intuito de esgotar as múltiplas possibilidades de respostas que elas suscitam no primeiro momento foi feita uma pesquisa bibliográfica para entender a história da Educação Infantil no Brasil visando compreender como se deu o processo de constituição dessa etapa da Educação como eminentemente feminino. Para aprofundamento do tema adotei como aporte teórico os autores Seabra e Sousa (2010), Sayão (2005), Ramos (2011), Monteiro (2014), Louro (1997) entre outros. Em seguida realizei uma pesquisa na secretaria de Educação do município de Luís Gomes/RN com o intuito de saber se havia homens atuando na Educação Infantil no município. Com o mesmo propósito entrevistei uma diretora que trabalhou durante muito tempo na Educação Infantil do referido município. Em ambos os procedimentos eu também tinha a intenção de conhecer como ocorreu o processo de implantação da Educação Infantil no município e quais as contribuições dos homens na docência nesse nível de ensino desde sua implantação. Também realizei uma pesquisa qualitativa e quantitativa de campo, visitando instituições de Educação Infantil e aplicando questionário para um educador e uma educadora da Educação Infantil, uma diretora e dois pais de alunos com intuito de saber o que eles pensam sobre a presença/ausência desses profissionais no universo infantil.

Para interpretar e analisar a realidade do contexto investigado optei como referencial teórico alguns estudos de gênero nas suas interfaces com a Educação. Ao abordar o conceito de gênero mostro desigualdades existentes nas relações que se estabelecem entre gêneros, bem como ocorreram às conquistas de direitos por parte das mulheres.

Assim, o presente artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção apresenta um histórico da Educação Infantil no Brasil, para entendermos o porquê desse universo ser naturalizado como feminino. Na segunda seção, realiza-se uma discussão sobre os entendimentos reativos às relações de gêneros, evidenciando entendimentos sobre o conceito de gêneros, as desigualdades existentes e como ocorreram as conquistas pelos diretos femininos. E na terceira seção, mostra-se a trajetória de

professores/homens na Educação Infantil na rede municipal de Luís Gomes/RN realizando uma análise sobre o contexto investigado. Por fim, realiza-se as considerações finais sobre o tema abordado.

2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Conforme Seabra e Sousa (2010) durante muitos séculos, o cuidado e a educação das crianças eram tarefas da família, principalmente das mulheres, uma vez que a elas eram destinados os cuidados do lar e dos filhos. Assim, as crianças aprendiam observando os adultos, pois trabalhavam e se vestiam como os mesmos. Por isso eram considerados adultos em miniaturas.

Ainda de acordo com as autoras Seabra e Sousa (2010), no período colonial no Brasil surge a Santa Casa de Misericórdia, que a princípio cuidava dos doentes, depois começou a receber crianças. Essas crianças eram abandonadas em uma “roda”, onde quem as recebia não identificava quem as abandonava. Desprezadas na roda viviam em condições precárias, por isso muitas delas morriam. A chamada roda dos expostos existiu em algumas capitais brasileiras, entre elas São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Também existiu em alguns países da Europa e foi um dos primeiros procedimentos de intervenção que demonstram que a vida da criança passa a ser importante, elas passam gradativamente a ter valor e, por isso, suas vidas precisam ser mantidas.

Mais tardiamente, entre os séculos XVIII e XIX na Europa, e posteriormente no Brasil as creches surgiram com caráter assistencialista, para cuidar das crianças que não tinham lar ou que necessitavam de cuidados e de alimentação para se manterem vivas. Além disso, as creches, durante o processo de industrialização no século XX tiveram o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa, pois muitas delas deixaram seus lares para entrar no mercado de trabalho, tendo necessidade de um local no qual pudessem deixar seus filhos, enquanto trabalhavam. Algumas mulheres que ainda não trabalhavam fora de casa passaram a cuidar desses menores/crianças, em troca recebiam pagamento. Os cuidados ofertados por elas ocorriam em seus próprios lares sem nenhuma higienização, as condições de atendimento eram realmente precárias. Isso levou a um alto índice de mortalidade infantil e essas mulheres eram conhecidas como mães mercenárias, por efetuar cobrança para cuidar das crianças.

Dialogando com essa ideia Pascoal e Machado (2009) afirma que:

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche. (DIDONET, 2001, apud PASCOAL; MACHADO 2009 p.82).

Nesse sentido, compreende-se que a creche atendia os filhos das mulheres que pertenciam à classe menos favorecida, uma vez que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar os filhos. Já às mulheres de classe média tinham condições de pagar uma babá para cuidar dos seus filhos ou então, quando surgiram os primeiros Jardins de Infância com propostas pedagógicas baseadas em pensadores como Froebel e Pestalozzi, matriculavam seus filhos nessas escolas. Dito de outro modo, para as crianças pobres os locais institucionais eram de cuidado e de manutenção da vida enquanto que para as crianças ricas já possuía propostas educativas.

Segundo Pascoal e Machado (2009) no que se refere aos Jardins de Infância estudos mostram que o primeiro Jardim de Infância, foi criado por Froebel na cidade Alemã de Blankenburgo, o mesmo foi um dos primeiros a considerar a infância como uma fase importante na formação das pessoas. Sendo assim, ele não pensava apenas em cuidados físicos como nas creches, mas estava pensando no desenvolvimento das crianças, passando a ter um caráter mais educacional em relação às outras creches.

Em relação ao Brasil, do mesmo modo que na Europa, inicialmente o movimento foi para criação de Creches e somente depois é que se criaram os Jardins de Infância. O número de Creches aumentou com os movimentos operários liderados pelos imigrantes europeus. Em meio a diversos fatores esses imigrantes reivindicavam melhores condições de trabalho, bem como mais creches para deixarem seus filhos durante o horário de trabalho. Dessa forma, os empresários criaram algumas creches próximas das fábricas, com o intuito de diminuir os movimentos de reivindicação dos operários, e também seria uma forma de controlar os mesmos.

Corroborando com essa ideia Pascoal e Machado (2009) afirma que:

Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e

propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternais para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternais e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor. (OLIVEIRA, 1992, apud PASCOAL; MACHADO 2009 p.83).

Nesse contexto, os empresários estavam pensando na tranquilidade deles, e não no bem estar das crianças, mas acabando com os movimentos dos operários aumentaria a produção.

As pessoas que trabalhavam nesses locais eram mulheres, uma vez que se entendia que a sua única função seria cuidar das crianças enquanto suas mães trabalhavam nas fábricas. Dito de outro modo, não era necessário ter qualquer tipo de formação já que a partir do senso comum qualquer mulher estaria habilitada a cuidar de crianças.

De acordo com Seabra e Sousa (2010) na metade do Século XX aumentou o número de mulheres de classe média no mercado de trabalho, antes só as da classe menos favorecida trabalhavam. Com a inserção das mulheres de classe média no mercado de trabalho, cresceu a demanda de atendimento ao público da Educação Infantil, tanto na Europa quanto no Brasil. Além deste fator, ocorreram avanços em relação aos estudos sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e diversas discussões sobre o caráter pedagógico e educativo que as instituições destinadas às crianças deveriam ter. Dessa forma, começou-se a pensar em ambientes propícios ao desenvolvimento da criança. Ainda assim, foi um longo percurso até que se instituisse e regulamentasse locais com propostas educativas e de cuidado, de modo indissociável, para as crianças na faixa etária do que hoje se entende por Educação Infantil. É justamente sobre o percurso legal da institucionalização de Escolas de Educação Infantil que ocorre no Brasil que trata a próxima seção deste texto.

2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL AMPARADA POR LEIS

A partir da Constituição de 1988 no Brasil as creches antes vinculadas à assistência social passaram para área da educação. Dito de outro modo, em um longo

processo as creches deixam o assistencialismo que dizia respeito apenas aos cuidados e passam gradativamente a desenvolver um trabalho educacional. Em seu Art. 208 inciso IV determinou como “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”. A referida lei garante a todas as crianças o direito a assistência, a saúde e a educação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 comprovou em seu Art. 54 inciso IV que “É dever do Estado assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”, o mesmo confirmou o que estava na Constituição de 1988. Contudo outro passo importante foi a Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) aprovada em 20 de Dezembro de 1996, que definiu a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, reafirmou que é dever do Estado cumprir o direito da criança, incluindo assim as creches no sistema educacional de ensino. Também definiu creches para crianças de até três anos, e pré-escolas para crianças de quatro a seis anos.

A referida lei afirma em seu art. 62 que os profissionais da educação devem possuir formação superior, em curso de licenciatura, de graduação, ou no mínimo o Nível Médio a modalidade Normal para atuar na docência, porém não faz distinção de sexo, seja homem ou mulher o importante é está capacitado para desenvolver um trabalho que seja significativo para os educandos.

Art. 62 a “formação de docentes para atuar na educação básica far – se á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admita para formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do Ensino Fundamental, a oferecida em Nível Médio, na modalidade Normal”.

É importante ressaltar que após a LDB, surgem documentos para nortear as práticas dos educadores, um desses documentos é o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI/1998). O mesmo contribui para uma prática educativa de qualidade. O volume três aborda os eixos temáticos a serem trabalhados na Educação Infantil, bem como orienta o profissional da Educação Infantil a desenvolver uma prática significativa, unindo situações pedagógicas as brincadeiras, ambas imprescindíveis para o processo de ensino aprendizagem. Dessa forma, o RCNEI aponta

que é por meio das brincadeiras que as crianças são capazes de imitar as coisas ao seu redor e também de transformá-las.

Ainda de acordo com o RCNEI (1998)

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998a apud PASCOAL; MACHADO 2009 p. 87).

São inúmeras as possibilidades didático-metodológicas que possibilitam ao educador investigar o conhecimento dos educandos, entre elas estão às atividades lúdicas como as brincadeiras, pois o ato de brincar deve está associado ao desenvolvimento e aprendizagem da criança. Cabe destacar que no RCNEI (BRASIL, 1998) as possibilidades pedagógicas apresentadas não fazem distinção entre professores homens ou professora mulheres. Ou seja, se o professor ou professora tiver formação exigida em lei ele poderá atuar na Educação Infantil e orientar sua prática de acordo com o que orienta o referido documento.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (2006) menciona que tanto professor quanto professora podem atuar na Educação Infantil, o mesmo diz que:

Professores sem a formação mínima exigida por lei que exercem funções de professora ou professor de Educação Infantil quer sejam titulares ou auxiliares, obterão a formação exigida com o apoio da instituição onde trabalham (BRASIL, 2006, p. 38)

Dessa forma, o mais importante é a qualificação do profissional, independente de ser homem ou mulher, não está em jogo o sexo do educador e sim a sua qualificação como docente dessa etapa de ensino. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010) quando se refere à proposta pedagógica, menciona professores, porém não diferencia o sexo quando afirma que:

Proposta pedagógica ou projeto político pedagógico é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar (BRASIL, 2010, p. 13).

Sendo assim, todo profissional capacitado independente de ser homem ou mulher podem atuar na Educação Infantil, uma vez que os documentos norteadores legais para o trabalho nessa etapa de ensino não faz diferença entre sexo. Para tanto, durante muito tempo as mulheres viveram submissas aos homens, é justamente sobre as relações de gêneros que vai tratar a próxima seção desse texto.

3. RELAÇÕES DE GÊNERO

Os seres humanos se constroem em meio às relações com os outros e no meio no qual se insere. Não se tratando apenas de perceber o corpo um do outro, mas o que se aprende sobre o caráter, sobre as emoções e interações com seu meio social. Dessa forma, gênero refere-se às relações sociais de poder entre homens e mulheres, sendo que os mesmos se constituem culturalmente, o que muda é a sociedade na qual estão inseridos.

Para as ciências sociais e humanas o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. (BRASIL, 2009, p.39).

Nesse contexto, o gênero não se define pelo corpo, mas pela cultura que cada um apresenta. Não é porque uma criança nasce mulher que ela deseje realizar-se como mãe, pois a maternidade não é naturalmente feminina. Já aos homens são destinadas, usualmente, outras funções fora do lar, como a competitividade no mercado de trabalho. Dessa forma, Sayão (2005) Diz que:

A argumentação acerca das capacidades naturais das mulheres para os cuidados com a infância, visava valorizá-las no interior do lar. Dessa maneira, “[...] aos homens caberia enfrentar a competitividade no mundo público, enquanto as mulheres deveriam continuar voltadas para o privado, tendo na maternidade o ponto definidor da feminilidade [...]” (MATOS 2003 apud SAYÃO, 2005, p.165).

É importante ressaltar que as mulheres durante muito tempo foram oprimidas sem ter direitos, pois as mesmas eram destinadas aos afazeres domésticos, aos cuidados e a educação dos filhos, sendo dos homens a tarefa de trabalhar para o sustento da família. Também só os homens podiam votar e a mulher não tinha esse direito, além

disso, a mesma não podia escolher o parceiro com quem queria se casar, pois era feito um acordo entre as famílias. O direito de votar, assim como outros direitos, e a possibilidade de se relacionar com quem desejasse são situações/direitos bastante recentes na própria história das mulheres. Louro (1997) ressalta que:

Os Estudos Feministas estiveram sempre centralmente preocupados com as relações de poder. Esses estudos procuraram demonstrar as formas de silenciamento, submetimento e opressão das mulheres [...] a concepção que atravessou grande parte dos Estudos Feministas foi (e talvez ainda seja) a de um homem dominante versus uma mulher dominada— como se essa fosse uma fórmula única, fixa e permanente. (LOURO, 1997, p.37)

Nessa ótica, a autora afirma que as mulheres são oprimidas, submissas aos homens, pois os mesmos exercem certo poder sobre elas, que sempre demonstraram o silêncio e a obediência, primeiro aos pais depois ao esposo, sempre dominadas. Mas com o tempo essa realidade mudou quando algumas mulheres começaram a lutar pelos os seus direitos, principalmente o direito ao voto.

Houve em diversos momentos históricos iniciativas políticas de mulheres buscando alterar uma posição subalterna na sociedade, a ponto de alguns estudiosos considerarem a existência de múltiplos movimentos feministas. Um desses são as chamadas sufragistas, que lutavam no início do século passado para que as mulheres tivesse o mesmo direito de votar que era considerado aos homens. (BRASIL, 2009, p.41).

Nesse sentido, Louro (1997, p. 14-15) concorda que “as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade, uma expressividade maior no chamado "sufragismo", ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres”. Dessa forma, compreende-se que as lutas feministas vêm de muito tempo, e não foram fáceis os momentos de lutas pelos os seus direitos naquela época, uma vez que a nossa sociedade sempre foi marcada pelo o preconceito, mas com muita determinação as mulheres puderam conseguir direitos que antes eram negados. Assim sendo, Sayão (2005) afirma que:

As Mulheres reivindicavam a comercialização e utilização da pílula anticoncepcional como forma de exercerem o domínio sobre a reprodução, a maternidade e suas consequências. Igualmente debateu, de forma ampla, o lugar da mulher na sociedade, as questões trabalhistas, os estereótipos femininos que a mídia, a escola e a religião veiculavam, entre outros temas. Ou seja, as mulheres tornam público que, se elas foram oprimidas durante séculos pelo regime patriarcal, chegou a hora de ocupar espaços públicos exigindo igualdade de direitos com os homens. (SAYÃO, 2005, p. 49).

Com a conquista desses direitos as mulheres se tornaram um pouco mais independentes, puderam entrar no mercado de trabalho. Mesmo com muitos direitos conquistados as mulheres passaram a trabalhar, mas com uma diferença significativa entre os salários. Estudos mostram que os homens procuram uma área de trabalho que não seja a docência pela baixa remuneração, com isso há mais mulheres lecionando, principalmente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Corroborando com essa ideia Monteiro (2014) afirma que:

Nas creches, na pré-escola e nos anos iniciais do ensino fundamental, o universo docente é predominantemente feminino (98%, 96% e 91%, respectivamente). No entanto, a cada etapa do ensino regular amplia-se a participação dos homens, que representam 8,8% nos anos iniciais do ensino fundamental, 25,6% nos anos finais e chegam a 35,6% no ensino médio. Somente na Educação Profissional encontra-se situação distinta, pois há uma predominância de professores do sexo masculino (BRASIL, 2009a, apud MONTEIRO 2014, p. 27).

Compreende-se que o universo infantil predomina a presença feminina, por esse espaço ter sido marcado sempre por mulheres, pela baixa remuneração e muitas vezes precárias condições de trabalho, os homens acabam escolhendo outras áreas. Ainda que tenha escolhido a educação, geralmente trabalham em outras funções que não seja o contato direto com as crianças como a docência. Segundo Monteiro (2014):

A presença maciça da mulher na escola primária deve ser vista como tão importante quanto à ausência do homem, pois o gênero não se constitui pela presença física, mas, muito mais, pelas relações simbólicas entre os sexos. Na ausência, o homem se faz presente no interior da escola. (ASSUNÇÃO, 1996, apud MONTEIRO 2014, p. 35).

Assim sendo, o homem está presente na escola, mesmo que não seja na docência, mas desempenham funções importantes, como é o caso do supervisor, coordenador, que acompanha de perto o trabalho do educador. Contudo, realmente a presença do homem é muito pequena, as mulheres vêm liderando esse universo já há muito tempo, mas não deixa de ser fundamental o trabalho masculino, pois a escola é uma família e precisa de todos os profissionais envolvidos para assim desenvolver um trabalho que seja significativo para ambos os sujeitos.

Nesse contexto, Sayão (2005) considera que:

a) gênero é uma construção que se dá ao longo da vida. É em diferentes instituições e práticas sociais que nos constituímos como

homens e mulheres num processo que nunca se finaliza ou se completa;

b) há múltiplas e conflitantes formas de viver as feminilidades e as masculinidades dependendo do contexto sociocultural incluindo o tempo, os lugares e as circunstâncias;

c) o conceito de gênero não está restrito ao estudo dos modos e condições de vida das mulheres, mas enfatiza a necessidade de se considerar as relações de poder entre mulheres e homens, a sociedade e a cultura;

d) o conceito de gênero propõe um distanciamento das análises que se preocupam em focar apenas os papéis e as funções de homens e mulheres, investindo numa abordagem mais ampliada que considera as instituições sociais, os símbolos, as normas, os conhecimentos, leis e as políticas sociais permeadas por crenças e pressupostos de masculino e feminino ao mesmo tempo em que as produzem, mantêm ou as resinificam. (MEYER, 2003 apud SAYÃO, 2005, p. 60).

Dessa forma, a autora deixa explícito que os seres humanos vão se construindo ao longo da vida, é em diferentes instituições e práticas sociais que homens e mulheres se constituem num processo infinito, pois há diversas formas de viver a masculinidade e feminilidade, dependem do contexto social no qual estão inseridos, levando em consideração tempo, lugar e circunstância. Assim, gênero não se restringe às condições de vida das mulheres, mas refere-se à relação de poder entre homens e mulheres, sociedade e cultura, propondo um distanciamento de análise que visa somente os papéis e as funções de ambos os sujeitos.

Sayão (2005) buscou em sua pesquisa entender a trajetória pessoal e profissional de professores/homens na Educação Infantil na rede municipal de Florianópolis/SC. A mesma analisou as relações de gêneros com a comunidade escolar, uma vez que o universo infantil é marcado historicamente por mulheres. Ramos (2011) também analisou em sua pesquisa as diferenças nas relações de gêneros. O estudo mostrou professores/homens que atuam na Educação Infantil na rede municipal de Belo Horizonte/MG. Já Monteiro (2014) em sua pesquisa analisou a trajetória de professores/homens atuando na Educação Infantil no município de Campinas/SP. A mesma mostrou em seu estudo os desafios encontrados na docência, quando o profissional da área é um homem. Considerando a existência desses estudos, fiz a opção por investigar e analisar a trajetória de professores homens na Educação Infantil no município de Luís Gomes, no estado do Rio Grande do Norte visando contribuir com as

discussões que visam problematizar a ausência, ou a pouca presença, de professores homens nessa etapa da educação.

4. TRAJETÓRIA DE PROFESSORES/HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE LUÍS GOMES/RN DESDE SUA IMPLANTAÇÃO.

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos nessa pesquisa foram à pesquisa bibliográfica para saber o histórico da Educação Infantil no Brasil, e para compreender os entendimentos sobre o conceito de gênero. Além da pesquisa bibliográfica, pesquisei na Secretaria de Educação do município de Luís Gomes, para saber se há homens atuando na Educação Infantil no município, e quem são esses guerreiros. Também realizei uma pesquisa qualitativa e quantitativa de campo, realizando visitas às instituições de Educação Infantil, como a Creche Maria Umbelina, Maria do Espírito Santo, e Santo Antônio. Assim, foram três instituições as quais visitei aplicando questionários para profissionais e pais de alunos. Foi entrevistada uma antiga diretora que foi uma das pioneiras na Educação Infantil, com o intuito de conhecer mais sobre a contribuição dos homens no espaço da Educação Infantil ao longo dos anos no município investigado.

Nesse processo investigativo pude constatar que a Educação Infantil foi implantada no referido município em 1978. Segundo a diretora entrevistada existia uma única creche e se chamava Creche Casulo. Essa creche era mantida pela ação social e apenas mulheres trabalhavam cuidando da alimentação e higiene das crianças, ou seja, a creche possuía caráter assistencialista. Depois de um tempo começou a surgir creches na zona rural, mas eram em algumas localidades e também só mulheres trabalhavam nesses locais. A partir da constituição de 1988 as creches antes mantidas pela assistência social, foram passando para a área da educação. Assim, a creche antes chamada de Creche Casulo passou a se chamar Centro Municipal de Educação Infantil São Francisco das chagas, já com caráter educacional.

Dessa forma, as creches da zona rural passaram a pertencer ao Centro Municipal de Educação Infantil São Francisco das Chagas, com isso a diretora deste centro é que exercia o papel de gestora dessas creches da zona rural. Apenas no ano de 2002 um jovem de 24 anos atuou como professor na Educação Infantil. Segundo o professor a

diretora foi muito resistente em não querer aceita-lo, por ele ser homem não podia ensinar a crianças pequenas, uma vez que precisava trocar fraldas, dar banho, e isso seria tarefa para mulher, pois o homem não saberia cuidar das crianças. Segundo Sayão (2005)

O princípio educacional que rege as ações institucionais de zero a seis anos, que precisa abarcar as múltiplas dimensões humanas inclui os cuidados corporais como uma delas. Portanto, educar as crianças pequenas significa possibilitar-lhes que se expressem por diferentes linguagens: do gesto, da dança, das múltiplas formas de movimento, da brincadeira, da arte, do riso, entre outras possíveis. (SAYÃO, 2005, p. 203).

Diante do exposto, segundo a diretora o jovem não estaria preparado, ou não saberia cuidar das crianças. Ainda tem a questão do cantar, dançar e brincar que é muito natural na Educação Infantil, e no entendimento de muitas pessoas não é todo homem que se propõe a isso, pois eles dão muita importância ao que pensam os colegas de profissões. No entanto, o jovem insistiu e conseguiu lecionar tirando a licença de duas professoras, quatro meses na zona rural do município, e seis meses na cidade, ainda queria continuar no ano seguinte só que a direção da escola não quis, ele acredita que foi justamente por ele ser homem que não o chamaram mais.

Depois desse jovem pioneiro ter enfrentado muito preconceito para lecionar na Educação Infantil, já trabalharam vários outros homens nesse universo, mas não como professores e sim como supervisores, diretores, porteiros ou como serviços gerais. Desde 2002 nenhum homem quis trabalhar como educador na Educação Infantil, porém esse ano de 2016 devido alguns professores terem sido removidos para a cidade surgiram vagas na zona rural para trabalhar com etapa da Educação Infantil. Então a gestão municipal fez a proposta para dois educadores lecionar nessas vagas.

Isso é realmente novo porque até então nenhum gestor tinha pensado na possibilidade de homens atuarem na Educação Infantil. Como vimos anteriormente estudos de autores demonstram que havia um entendimento quase totalitário de que na Educação Infantil só mulher trabalhava e no município de Luís Gomes esse entendimento e as práticas não foram diferentes. Por isso, geralmente é muito difícil de “aceitar” homens nesse universo devido à cultura que já vem de muito tempo.

A propósito os professores aceitaram o desafio e foram para zona rural lecionar na Educação Infantil, porém os mesmos não possuem experiência na área, pois sempre

atuaram no Ensino Fundamental I, II, EJA e Ensino Médio. Contudo, um dos professores está atuando junto aos pequenos, mas enfrentando muitas dificuldades, uma vez que no município investigado não se tem auxiliar e o professor trabalha sozinho com o grupo composto por aproximadamente 20 crianças com a faixa etária entre 2 a 6 anos de idade. Vale ressaltar que os professores não receberam formação para atuar na Educação Infantil.

No entanto um dos professores foi rejeitado pela comunidade na qual iria lecionar, pois algumas mães procuraram o conselho tutelar da cidade, e falaram que não aceitavam professor/homem na Educação Infantil. Situações como essa acontecem porque sempre quem atuou nesta comunidade “x” foram às mulheres e as pessoas não estão acostumadas a ver professor/homem atuando nesse nível de ensino. Então as famílias não aceitam professor/homem na Educação Infantil, e os homens ficam constrangidos nesse universo. Segundo Silva (2015)

A feminização da função de educador infantil nas creches e a articulação dessa compreensão com uma perspectiva doméstica, em que a creche e suas trabalhadoras seriam concebidas como substitutas maternas, em oposição a uma perspectiva profissional, na qual trabalhadores do sexo masculino teriam mais espaço. (CRUZ, 1998 apud SILVA 2015, p.21).

Nessa ótica, a Educação Infantil ficaria representada pela figura feminina, uma vez que a mulher cuida das tarefas domésticas e a educação dos filhos, sendo assim, consideradas substitutas maternas. Para tanto, as pessoas da comunidade sugeriram que o professor fizesse uma troca com a professora que trabalhava no Ensino Fundamental I. Uma mãe chegou a falar para o professor que gostava dele por ele ser o professor do seu filho no Ensino Fundamental II, mas se fosse para ele atuar na Educação Infantil a filha dela não viria mais. O professor já não estava querendo ficar pela inexperiência na área e depois dessas situações ficou mais constrangido ainda. O fato é que a professora que estava trabalhando no Ensino Fundamental I trocou com ele, foi para Educação Infantil, e ele foi para a sala dela multisseriada.

É importante ressaltar que o professor é capacitado para a docência, mesmo não tendo experiência na área, mas a comunidade o rejeitou pelo simples fato de ser homem. Pode-se dizer que as pessoas ainda tem a visão de que na Educação Infantil só podem lecionar mulheres, porque tem o dom de cuidar, de ser mãe. O homem ainda é visto como aquele ser que não tem paciência, grosso, ou seja, não sabe cuidar de uma criança.

Também se tem medo que o homem toque na criança cometendo algum ato de violência, principalmente violência sexual.

Acredita-se que um educador não precise passar pelo constrangimento de ser rejeitado por uma comunidade simplesmente por ser homem. Porém compreende-se a atitude das famílias, pois vimos que historicamente na Educação Infantil sempre predominou a presença feminina, e no município de Luís Gomes/RN não é diferente. Na docência quase não tem professor/homem atuando, somente dois. Também não há documentos que mostre que houve algum concurso exclusivamente para essa área.

Desde a implantação da Educação Infantil no município, em 1978, a presença feminina na docência foi marcante, os homens atuaram e ainda atuam, mas em outras funções sendo um número muito pequeno. E até nos anos iniciais do Ensino Fundamental as mulheres lideram. Devido o histórico da Educação Infantil ter sido marcado pela presença da mulher tanto os homens não se sentem a vontade nesse universo, quanto às famílias não os aceitam, uma vez que precisam educar e cuidar das crianças e pensam que só as mulheres sabem fazer isso por serem mães.

Um bom exemplo dessa compreensão social é possível ver no filme *Creche do Papai*, dirigido por Steve Carr no ano de 2003. Nesse filme as famílias no início não estavam querendo deixar seus filhos aos cuidados de homens, não davam credibilidade ao trabalho deles, mas viram que as práticas dos homens na creche foram um sucesso, superando as outras práticas tradicionais geralmente desempenhadas por mulheres. Portanto, as famílias precisam ver o homem como um profissional que está ali para fazer o seu trabalho, e devem confiar no seu profissionalismo. Mas para isso, são necessários processos formativos relativos tanto aos cursos de formação de professores quanto a formações realizadas para a própria comunidade escolar.

4.1 Conhecendo o professor/homem que está atuando na Educação Infantil no município de Luís Gomes/RN

A partir do estudo do histórico da atuação dos homens na Educação Infantil no município de Luís Gomes/RN decidi entrevistar o professor que no ano de 2016 está atuando nessa etapa da educação. Sobre o instrumento da entrevista para a pesquisa Sayão diz que ela

Deve permitir a máxima espontaneidade, seguindo devagar as derivas da conversa e percorrendo com atenção os seus espaços de silêncio. As entrevistas podem ser uma oportunidade para os entrevistados se explicarem, falando de si, encontrando as razões e as sem-razões porque se age e vive. Uma escuta activa e metódica assim desenhada é, segundo Bourdieu, uma forma de exercício espiritual'. (SARMENTO, 2003, apud SAYÃO 2005, p.39).

Considerando esses aspectos sobre a entrevista, realizei uma entrevista com o educador que nesse ano de 2016 está atuando na Educação Infantil na zona rural do município de Luís Gomes/ RN. O professor é graduado em Geografia e com experiência no Ensino Fundamental I e EJA. O referido professor está na Educação Infantil não por vontade própria, mas porque estava faltando professor para atuar nessa etapa da educação. Ele relatou que não se identifica com esse universo, uma vez que pensa que a tarefa de educar e cuidar sejam das mulheres.

O educador relatou que se sente angustiado porque não sabe cantar para acolher as crianças, sente dificuldades em trabalhar conteúdos, sendo que a escola não dispõe de materiais para trabalhar de forma significativa, nem de brinquedos para as crianças brincarem. Também não se sente a vontade para levar as crianças ao banheiro. O mesmo está levando sua esposa para lhe ajudar com os pequenos, pois é uma turma multisseriada com crianças de 2 a 7 anos. Três alunos são do primeiro ano do Ensino Fundamental I e foram inseridos na turma porque os alunos da Educação Infantil eram poucos. Além disso, no município é muito comum as turmas da zona rural serem multisseriadas devido o número de alunos ser muito pequeno.

O professor quando questionado sobre o toque físico nas crianças, como trocar fralda e dar banho: *Eu não me sinto preparado para fazer isso, acredito que seja errado um homem dar banho e trocar fralda de criança, isso é coisa de mulher, pois a mesma tem o dom de cuidar, por ser mãe.* Dialogando com essa ideia Silva (2015) afirma que:

As mulheres tinham “por natureza” uma inclinação para o trato com as crianças, que elas as primeiras e “naturais educadoras”, portanto, nada mais adequado do que lhes confiar à educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava de certa forma “a extensão da maternidade”. (LOURO, 1997, apud SILVA, 2015, p. 26).

Ainda indaguei por quê? Se muitos homens cuida de crianças? Não será preconceito? Ele afirmou: *Não acredito que seja preconceito, mas tudo depende da*

cultura, pois cada lugar tem sua cultura, e no nosso município não é visto com bons olhos o professor/homem na Educação Infantil.

Percebe-se que o professor sente medo sobre o que pensam as pessoas a questão da pedofilia, o próprio educador pensa isso, pois falou: *Eu tenho uma filha pequena e não deixo estudar com um homem justamente porque tenho medo do aliciamento em crianças.*

Também o questionei sobre algo positivo nesse universo. O mesmo declarou: *O que vejo de muito positivo é a sinceridade, o respeito, o carinho, afetividade, o comportamento das crianças. Elas também me abraçam, beija, me chama de tio, é algo que eu não via nas séries nas quais atuei.*

Perguntei sobre o que almejava com esse trabalho na Educação Infantil, ele falou: *Pretendo desenvolver um trabalho significativo enquanto estiver aqui, mesmo com muitas dificuldades, pois para atuar na Educação Infantil é preciso ter muito amor, e eu tenho amor pela minha profissão, porém não me identifico com esse universo, acredito que as mulheres se identifiquem mais, pois a presença feminina sempre predominou no ensino infantil.* Compartilhando dessa ideia Silva (2015) afirma que:

A primeira educação é mais importante e cabe incontestavelmente às mulheres. Se o autor da natureza houvesse desejado que ela coubesse aos homens, ter-lhes-ia dado leite para alimentar as crianças. Assim, falai sempre de preferência às mulheres em vossos tratados sobre a educação, pois além de estarem em condições de tratá-la mais de perto do que os homens e de influírem sempre mais o êxito também lhes interessam muito mais, já que a maior parte das viúvas se acha como que à mercê dos filhos e eles então lhe fazem sentir vivamente, no bem e no mal, o efeito da maneira como foram criados. (ROUSSEAU, 2004, apud SILVA, 2015, p. 26-27).

Com esses questionamentos queria saber o que o professor pensava sobre a presença de homens na Educação Infantil, e se ele estava disposto a amenizar o preconceito, mostrando que nesse universo pode sim homem lecionar porque não? Mas percebi que o próprio educador tem muito preconceito, não se aceita parte daquele universo, sofre muitas angustias, sente muito medo em relação ao que pensa a sociedade a respeito do aliciamento em crianças. Além disso, como sou professora da Educação Infantil quis mostrar, que ele poderia atuar nesse nível de ensino sem problema, pois ele é um profissional, e está capacitado para atuar em qualquer nível de ensino, mas ele pensa como as gerações passadas não estando aberto ao novo.

4.2 O que se pensa sobre o professor/homem na Educação Infantil no município de Luís Gomes/RN

Em virtude das dificuldades apresentadas pelo único professor homem que trabalha na Educação Infantil atualmente no município de Luís Gomes julguei relevante investigar o que outros sujeitos envolvidos no processo educativo pensam sobre a presença masculina na docência de crianças pequenas. Assim, também entrevistei a professora *Rizélia Maria da Conceição* que atualmente é diretora do núcleo II, esse núcleo é formado por três escolas do Ensino Fundamental I, a Osório Bezerra de Sousa, a José Paulino da Costa e a São Francisco. A Educação Infantil também são três, a Creche São Pedro, Santo Antônio e a Maria Umbelina, sendo que a Educação Infantil são salas de aulas inseridas dentro das instituições do Ensino Fundamental I. Apenas uma dessas instituições tem prédio próprio que é a Maria Umbelina.

Para tanto, entrevistei a educadora *Nayara Oliveira* que trabalha na Educação Infantil, atualmente leciona na Creche Maria do Espírito Santo na comunidade de Alto dos Cândido município de Luís Gomes/RN. Também entrevistei dois pais de alunos da Creche Santo Antônio localizada no Sítio Pitombeira do referido município.

A diretora entrevistada já trabalha há muito tempo na educação, mas como professora, como diretora faz pouco tempo, a mesma acredita que seja normal o homem atuar na Educação Infantil, não vê muita diferença do homem para a mulher. A mesma afirmou: *Um profissional que faz seu trabalho com amor e dedicação, não faz tanta diferença da Educação Infantil para o fundamental. Acredito que a presença do professor/homem é de grande importância nesse nível de ensino, tanto quanto a mulher, só precisa mostrar sua capacidade de lidar com as crianças, trabalhando com amor, carinho e profissionalismo.*

A questão do educar e cuidar ela fala: *O homem pode sim cuidar de uma criança vejo como algo normal, se fosse por isso uma mulher não podia levar um menino no banheiro, e ela faz isso com naturalidade. Portanto, o professor/homem estudou e está preparado para atuar em qualquer nível de ensino inclusive na Educação Infantil, pois ele é um profissional e deve agir como tal.*

Sendo assim, a diretora percebe a presença do professor/homem na Educação Infantil normal como em qualquer outro nível de ensino, para ela o mais importante é o

profissionalismo e o amor à profissão. Segundo (BRASIL, 2006, p. 38) “Os profissionais que atuam diretamente com as crianças nas instituições de Educação Infantil são professoras e professores de Educação Infantil”, ou seja, tanto o homem quanto a mulher podem atuar nessa etapa de ensino.

A educadora entrevistada, *Nayara Oliveira*, já está atuando na Educação Infantil há quase dez anos. Quando foi questionada sobre o que pensa em relação a presença do professor/homem na Educação Infantil, a mesma afirmou: *Não vejo nada de estranho, pois quando foram fazer o concurso no edital estava explícito que seria para lecionar da Educação Infantil até a EJA, então eles estavam cientes que um dia poderiam atuar nessa área.*

E a questão do homem falar que a tarefa de educar e cuidar são para mulheres? A mesma declarou: *Discordo, sei que historicamente a mulher sempre atuou nesse universo, mas isso não significa dizer que o homem não possa atuar, depende muito do profissional em querer desenvolver um bom trabalho. Existem homens que cuida muito bem de crianças, falo isso porque quem faz à merenda, e limpa a escola que eu trabalho é um homem, ele também me ajuda com as crianças, porém sente certo receio em levá-las ao banheiro, mas enquanto levo as crianças ao banheiro ele fica cuidando das outras na sala. Então vejo como algo normal o professor/homem na Educação Infantil.*

Acredita-se que segundo essa educadora as dificuldades existam, mas que pode ser superadas e a experiência vão adquirindo com o tempo. Mas é preciso que os profissionais queiram trabalhar nesse universo, e encare a profissão como algo normal, pois além de educar é preciso cuidar (BRASIL, 2006) diz que:

Os professores e os demais profissionais que atuam nessas instituições devem, portanto, valorizar igualmente atividades de alimentação, leitura de histórias, troca de fraldas, desenho, música, banho, jogos coletivos, brincadeiras, sono, descanso, entre outras tantas propostas realizadas cotidianamente com as crianças. (BRASIL, 2006, p. 28).

Os pais entrevistados dividem a mesma opinião quando a questão é o professor/homem na Educação Infantil, não os veem com bons olhos. Um deles afirmou: *Acredito que o homem mesmo formado na área, ele não tem jeito com criança. E também no mundo de hoje não é bom confiar, mesmo ele sendo um profissional eu*

tenho medo do aliciamento em crianças, e elas por serem pequenas não saberia se defender.

O outro pai também declarou: *Se fosse crianças de 4 e 5 anos que são mais independentes e não precisa de tantos cuidados, pois já conseguem ir ao banheiro sozinha, eu não teria nada contra. Mas quanto as crianças de 2 e 3 anos não acho correto um homem trocar fralda e dar banho em crianças, principalmente lecionar sozinho sem ajuda de uma auxiliar.*

Compreende-se que a maior preocupação dos pais é exatamente o toque na criança, eles tem medo do aliciamento nas mesmas, e elas por serem muito pequenas não conseguem identificar o abuso. Na realidade é que no município de Luís Gomes as turmas de Educação Infantil da zona rural são multisseriadas com crianças de faixa etária entre 2 e 6 anos de idade, isso porque o número de alunos são muito pequeno, porém é uma professora para atender esses alunos, e não se tem ajuda de uma auxiliar. Dessa forma, fica difícil os pais mudarem de opinião, sendo que esse universo sempre foi marcado pela presença feminina. Silva (2015) afirma que:

As atividades do magistério infantil estão associadas ao papel sexual, reprodutivo, desempenhado tradicionalmente pelas mulheres, caracterizando situações que reproduzem o cotidiano, o trabalho doméstico de cuidados e socialização infantil. As tarefas não [eram] remuneradas e têm aspecto afetivo e de obrigação moral (KRAMER, 2001, apud SILVA, 2015, p. 21).

Diante do exposto, acredita-se que os pais tem certa razão em estranhar o professor/homem atuando na Educação Infantil, devido à presença marcante das mulheres durante muito tempo nesse nível de ensino, pois o mesmo é naturalizado como feminino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos na Educação Infantil sempre predominou a presença feminina, por isso o homem encontra muitas dificuldades para atuar nesse universo. Nesse sentido, esse artigo teve como objetivo analisar a presença de homens em um universo considerado feminino, pois vimos que desde o século XIX quando as mulheres entraram no mercado de trabalho e durante toda a trajetória da Educação Infantil no Brasil a presença das mulheres é algo marcante. Por meio deste estudo, conseguimos melhor entender as relações de gênero, a luta das mulheres para conquistar seu espaço na

sociedade e trabalhar nas mesmas profissões que os homens. Além disso, mostramos a trajetória de professores/homens na Educação Infantil no município de Luís Gomes/RN.

É importante ressaltar que historicamente ao homem era destinada a competitividade no mercado de trabalho, já a mulher sempre as tarefa do lar. Seja pela baixa remuneração ou muitas vezes por não se sentirem a vontade nesse nível de ensino, os homens migram para outras profissões que não seja a educação, e mesmo quando escolhe a educação procuram outra função que não seja a docência.

Os próprios educadores não se identificam nesse espaço, pois acreditam que esse espaço seja das mulheres, percebe-se que existe preconceito por parte dos homens que atuam nesse universo, bem como da família das crianças que acreditam que os homens não podem exercer a docência na Educação Infantil.

É notório que apesar dos profissionais entrevistados afirmarem que homens podem atuar na Educação Infantil sem problema, a família não os ver com bons olhos e eles próprios não se aceitam como parte desse universo. Assim fica difícil, pois desde a implantação da Educação Infantil no município de Luís Gomes/RN em 1978, apenas dois professores atuaram nesse universo, e o professor que está lecionando atualmente, o faz não porque queira amenizar o preconceito, e mostrar que o homem pode atuar na Educação Infantil, pois ele mesmo acredita que só as mulheres sabem cuidar de crianças, mas por falta de opção, a seu gosto estaria no ensino fundamental. No entanto, se observarmos os documentos norteadores da prática do professor, não iremos encontrar dizeres que especificam que o professor da Educação Infantil seja um determinado gênero, pois o importante é que o profissional esteja capacitado para desenvolver uma prática de qualidade, independente do gênero.

É importante compreender a importância de manter a criança em contato com a diversidade de gênero, pois isso contribui na construção de sua personalidade, aprendendo a respeitar e valorizar o diferente existente em nossa sociedade. No entanto, em pleno século XXI as pessoas ainda pensam como as gerações passadas, acreditam que devido à cultura, os homens não podem lecionar na Educação Infantil, porém, tanto homens quanto a mulheres estão capacitados e podem exercer a mesma profissão. Um fator importante para isso foi à globalização, que expandiu oportunidades, fazendo com que as pessoas buscassem qualificação, e todos pudessem exercer a profissão escolhida, independente de gênero. Porém, as mulheres ainda lideram o universo infantil no Brasil

e no município de Luís Gomes/RN não é diferente, pois está longe de desconstruir esse preconceito, uma vez que o professor/homem na Educação Infantil ainda é visto com estranheza, as pessoas não ver o profissional e sim o homem capaz de cometer algum tipo de abuso com a criança pequena.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva. **Magistério Primário e Cotidiano Escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm Acesso: 12/05/2016.

BRASIL. **Gênero e Diversidade na Escola**: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm Acesso: 12/05/2016

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Brasília: INEP, 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso: 10/05/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil** – Brasília. DF 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998 a.

CRUZ, Elizabete Franco. **Quem leva o nenê e a bolsa?** O masculino na creche. In: ARILHA, M. et al. (orgs.) *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Ecos / 34, 1998.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001.

KRAMER, Sônia. Formação de Profissionais de Educação Infantil: questões e tensões. In: KRAMER, Sônia. (Coord.). **Relatório de Pesquisa Formação de Profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ravil, 2001. p.89-104. (Relatório de Pesquisa CNPq/FAPERJ).

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis- RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. PASCHOAL, Jaqueline Delgado. **A História da Educação Infantil no Brasil: Avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**. Março 2009. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf Acesso: 05/04/2016

MATOS, Maria I. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: MATOS, Maria I; SOIHET, Raquel. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003.

MONTEIRO, Mariana Kubilius. **Trajetórias na docência: professores homens na educação infantil**. Dissertação de Mestrado (Educação Física). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física, Campinas, 2014.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Creches: Crianças, faz de conta & Cia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

RAMOS, Joaquim. **Um estudo sobre os professores homens da Educação Infantil e as relações de gênero na rede municipal de Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou Da Educação**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SARMENTO, Manuel. O estudo de caso etnográfico em educação. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília; TEIXEIRA, Rita A. (Org.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SEABRA, Karla; SOUSA, Sandra. A história do atendimento à criança no Brasil, p. 74-85. Legislação e Educação Infantil, p. 90-103. In-: **Educação Infantil**: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil**: um estudo de professores em creches. 2005. 273 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis.